

MINUTA DE INTERVENÇÃO
Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti

Representatives of Member States,
Representatives of indigenous peoples,
Member of NGOs and other organizations here present,
Mr. Saul Vicente, our moderator today
Dear panelists,
Ladies and gentlemen,

I wish to thank Ms Chandra Roy-Henriksen, Chief of the Secretariat of the Permanent Forum, for the kind invitation to contribute to this discussion by sharing some aspects of the Brazilian experience in the field of indigenous peoples' food security.

I would like to reiterate Brazil's commitment to the work carried out by the Indigenous Forum. The participation of representatives from the Brazilian National Foundation for Indigenous Peoples (FUNAI), and from other relevant official agencies over the years is a demonstration of Brazil's interest in and engagement with the Forum as an important space where member States and civil society, especially the indigenous organizations themselves, have

an opportunity to interact, exchange views and share experiences, as well as cooperate to promote the rights of indigenous peoples.

Brazil is proud to host the upcoming Rio+20 Conference, on June 2012, where we will set the sustainable development agenda for the coming decades. Brazil is convinced that indigenous peoples are important actors in the promotion of sustainable development and have the right to benefit from it.

The right to food and food security are essential elements of sustainable development. It is important that countries put in place adequate policies to ensure food security and that such policies take into account the special needs of indigenous peoples.

Ladies and gentlemen,

The concept of “food and nutritional security”, as adopted in Brazil, entails the right to regular and permanent access to quality food, based on healthy eating habits that respect cultural diversity and are environmentally, culturally, economically, and socially sustainable.

To better implement such a concept, Brazil created a National Food and Nutritional Security System, which articulates actions at federal, state and local levels and authorities in Brazil with the cooperation of civil society organizations.

The Brazilian National Food and Nutritional Security Plan, which will soon be launched by President Dilma Rousseff, comprises several initiatives supported by a specific budget with the aim of promoting food sovereignty and security.

Ladies and gentlemen,

An important instrument to implement the right to adequate nutrition in Brazil has been the “Bolsa Família” program. As you may know, the “Bolsa Família” is a conditioned cash transfer program that provides a monthly stipend to Brazilian families living below the poverty line. This program also includes indigenous families. There is, however, a major challenge in adapting this program to the social and cultural realities of the various indigenous groups that benefit from the initiative.

Another action related to the health and nutrition of indigenous peoples was the establishment by the Brazilian Government of a

new federal agency specifically dedicated to healthcare to indigenous peoples, which aims at combining the means made available by modern science with indigenous traditional medicine.

In a partnership with five United Nations agencies (FAO, ILO, the Pan-American Health Organization, UNDP and UNICEF), the Brazilian Government created the Food and Nutrition Security Joint Program, which seeks to strengthen food and nutrition security actions for indigenous women and children in two regions of Brazil: Dourados, in the state of Mato Grosso, focusing on Guarani-Kaiowá peoples, and Alto Rio Solimões, in the state of Amazonas.

Ladies and gentlemen,

The southern region of Mato Grosso do Sul is home to more than 40,000 ethnic indigenous communities of the Guarani-Kaiowá, Terena and Guarani-Nhandeva peoples. A major priority for the indigenous peoples in this region is access to land. The Brazilian Government is aware of the importance of expediting work on the demarcation of 36 indigenous areas that are currently being studied by the National Indigenous Foundation, as land disputes have created serious problems for the indigenous

communities in the region, including with regard to food security.

The Government has also been active in creating legal procedures and mechanisms to solve such conflicts. It has also created a Management Committee, integrated by representatives of relevant Brazilian Ministries, in coordination with FAO, aimed at improving the living conditions and guaranteeing the indigenous rights of the Guarani peoples in the state of Mato Grosso do Sul.

Ladies and gentlemen,

Policies concerning indigenous peoples in Brazil are discussed at the National Commission of Indigenous Policy, which is composed by Government officials and Indigenous representatives on an equal basis. The Brazilian Government is opening a space for indigenous leadership in the formulation of policies that affect them.

With regard to land demarcation, I would like to refer to a recent decision by the Brazilian Supreme Court in which it confirmed the rights of the “Pataxó Hã-hã-hãe” peoples over the “Caramuru Paraguasu” indigenous land occupied by farmers in the state of Bahia. By ending a legal dispute that had lasted for almost a

century, the decision by the Supreme Court legitimizes the implementation of measures that ensure the full possession by indigenous peoples of their lands, as well as the exercise of their rights.

The Brazilian government believes that much remains to be done. In this process, Brazil remains open to a constructive dialogue and cooperation with this Forum.

I thank you.

PONTOS

O Comitê Gestor de Políticas Indigenistas Integradas da Grande Dourados, formado por representantes de ministérios e órgãos do governo federal, foi criado no governo do ex-PR Lula. Seus trabalhos foram retomados no final de 2011. O Comitê é composto por representantes da Funai; da Secretaria-Geral da Presidência da República; da Casa Civil; da Sesai; da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); dos Ministérios da Educação; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ciência e Tecnologia; Cultura; Justiça; Cidades; Esporte; Desenvolvimento Agrário; Saúde e da Secretaria de Direitos Humanos.

Ações concretas levadas a cabo pelo Comitê Gestor

No chamado Cone Sul do Mato Grosso do Sul vivem mais de 40 mil índios das etnias Guarani-Kaiowá, Terena e Guarani-Nhãndeva. O acesso à terra é considerado prioritário pelas lideranças indígenas que reuniram-se com os integrantes do Comitê Gestor, em Dourados. Os representantes do governo federal firmaram o compromisso de agilizar o processo de demarcação das 36 áreas indígenas que estão sendo estudadas por seis grupos de trabalho da Funai. A previsão é que até julho de 2012 todos os relatórios antropológicos tenham sido entregues a Funai para encaminhamento dos processos de demarcação.

Dentre as ações concretas também discutidas e firmadas em 2011 está o reforço na segurança pública, com o objetivo de pacificar a região e, ao mesmo tempo, garantir a segurança de lideranças e população indígena. Os movimentos sociais e de direitos humanos denunciam mais de 200 mortes de índios nos últimos anos e a crescente tensão e conflitos na região.

O plano para aumentar a segurança nas aldeias e acampamentos indígenas de Mato Grosso do Sul, que está em fase de articulação, foi concluído no início de 2012, em decorrência de coordenação entre o secretário de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacini, e representantes da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Polícias Civil e Militar.

De acordo com o Secretário do Comitê Gestor, Paulo Maldos, entre as medidas de reforço da segurança que poderão ser adotadas estão o policiamento comunitário nas aldeias – com a participação dos indígenas –, o reforço dos contingentes que atuam na fronteira e a realização de rondas de forças federais no entorno das comunidades indígenas.

A cooperação, assinada entre os governos federal e estadual em setembro de 2011, prevê a adoção de policiamento comunitário de caráter preventivo e ostensivo nas terras indígenas com capacitação das forças policiais do Estado para a atuação diferenciada nesses territórios. As comunidades indígenas serão consultadas quanto às ações e serão desenvolvidas campanhas de informação e conscientização. O acordo prevê ainda a cessão, por parte da União, de equipamentos como veículos, motocicletas, computadores e material didático para viabilizar a cooperação técnica, além de capacitação e

treinamento à cargo da Polícia Federal.

Além disso, o governo federal, através da Secretaria de Direitos Humanos se comprometeu levar à região políticas públicas voltadas a proteção de crianças e adolescentes índios vítimas de violência e realizar campanhas para o registro civil gratuito. Iniciativas governamentais no sentido de ampliar ações de saúde, educação e cultura específicas para a população indígena também foram firmadas.

Outra ação que tem sido buscada é a reabertura da Vila Olímpica Indígena de Dourados. A proposta do governo federal é que a prefeitura fique responsável pela manutenção e segurança do local, e em contrapartida, o Ministério do Esporte vai custear a implantação de dois projetos – o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer na Cidade - voltados ao esporte e lazer para 800 crianças e jovens indígenas. Ao todo, o repasse deve chegar a R\$ 800 mil em pouco mais de um ano.

A Vila Olímpica Indígena possui área de 29 mil metros quadrados, com quadras de esportes, campo de futebol, pista de atletismo e vestiários. Foram três anos para a construção do prédio e um investimento de R\$ 1,7 milhão com recursos federais, estaduais e municipais.

Dourados

As comunidades indígenas que vivem em reservas na região de Dourados registram números alarmantes, decorrentes principalmente do confinamento territorial. De acordo com relatório do Ministério Público Federal, a taxa de mortalidade infantil entre os Guarani-Kaiowa é de 38 a cada cem mil crianças nascidas vivas, taxa muito superior a média nacional que é de 25 a cada cem mil crianças.

O número de mortes violentas é ainda mais significativo, conforme o mesmo relatório. A taxa de assassinatos está na casa de cem por cem mil, o que representa quatro vezes a média nacional. O Ministério Público Federal também chama a atenção para o elevado número de suicídios – 85 por cem mil pessoas. Recentemente, a imprensa e órgãos de direitos humanos denunciaram mortes de crianças indígenas por desnutrição, assassinatos e violência contra os índios da região.

A reserva indígena de Dourados possui extensão territorial de cerca de 3,5 mil hectares. Com uma população estimada de 12 mil habitantes, as aldeias estão próximas do município de Dourados/MS, o que facilita o acesso de não-índios, o contato com álcool e drogas, o aliciamento de índios para atividades criminosas e a incursão de rotas de tráfico de drogas. A proximidade com as rodovias estaduais e federais e com a fronteira com o Paraguai completa o quadro no qual se agravam a violência e a criminalidade.

O poder público tem adotado medidas dirigidas à população indígena da região de Dourados. Entretanto, a questão da segurança pública tornou-se prioritária a partir de 2005. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a criação do Comitê Gestor de Ações Indígenas Integradas para a Região da Grande Dourados, em 2007, a Operação Sucury,

em 2008, e a Operação Tekohá, em 2011.